



GT 01. A presença indígena na educação superior no contexto das universidades brasileiras: desafios na assistência estudantil e diálogos interculturais na formação profissional

Coordenador(es):

Marcos Antonio Braga de Freitas (UFRR - Universidade Federal de Roraima)

Carlos Kleber Saraiva de Sousa (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Os povos indígenas têm ao longo da história de contato resistido aos diversos processos colonizatórios e dominação cultural. No contexto dessa resistência vem a luta pela garantia dos direitos sociais e culturais, destacando-se a questão do território, saúde, educação, entre outros. Entretanto, o recorte da proposta do GT é no campo das políticas públicas educacionais, com destaque para a educação superior como uma das formas de sua autonomia e resistência e fortalecimento identitário, sejam no âmbito das terras indígenas e/ou vivem e moram nas cidades. Destaca-se que a formação superior indígena no Brasil e na América Latina, a exemplo do México, Venezuela, Equador, Brasil, entre outras é uma realidade; tendo experiências exitosas no contexto da educação intercultural a partir dessa história de luta, resistência e os marcos legais. A formação intercultural indígena e as experiências em curso nas universidades brasileiras, a exemplo dos cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas e políticas de ações afirmativas com a presença indígena é uma realidade no contexto das políticas públicas das Instituições de Ensino Superior (IESs). A produção da literatura indígena e seus reflexos nos movimentos indígenas, nas escolas e comunidades indígenas são temas de discussões no GT a partir dos trabalhos de conclusão de curso e da própria formação profissional no âmbito das IESs.

A Produção Indígena no Contexto do Ensino Superior

Autoria: Elizabeth Maria Beserra Coelho (UFMA - Universidade Federal do Maranhão), Sérgio Cesar Correa Soares Muniz

A PRODUÇÃO INDÍGENA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR A presença indígena em cursos universitários no Brasil inicia-se no final dos anos 1980 e se intensifica consideravelmente no começo dos anos 2000. Contribuíram para esse crescimento a implantação de cursos de Licenciatura Intercultural a partir de 2005 e as cotas indígenas, formalizadas em 2012. Nos dias atuais cursos específicos, como o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), criado pelo Ministério da Educação- MEC, visam atender a necessidade de formação diferenciada para professores indígenas. Nesse novo cenário, mudanças nos quadros institucionais nas universidades estão em curso, sobretudo pelo ingresso de professores indígenas já formados em nível de pós-graduação. O acesso ao ensino superior em nível de graduação e de pós-graduação tem favorecido a produção acadêmica indígena, na forma de artigos, monografias, dissertações e teses. Neste artigo, fazemos uma análise inicial de material que vem sendo produzido por indígenas falantes de línguas Timbira, em sua maioria alunos da Licenciatura Intercultural para Educação Básica dos Povos Indígenas do Maranhão LIEBI, promovido pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, e que foi apresentado em um seminário acadêmico, o VII Seminário Timbira, ocorrido em 2019. Trata-se de um evento científico, regular, com abrangência e repercussão no Brasil e nos Estados Unidos, realizado pelo Grupo de Pesquisa Estado Multicultural e Políticas Públicas-UFMA, em parceria com a Timbira Research and Education Foundation, Washington-USA. O Seminário tem por objetivo a interação de graduandos e pós-graduandos, de pesquisadores indígenas e não indígenas, de instituições de ensino e pesquisa maranhenses, bem como pesquisadores de outros estados do Brasil e de outros países. O material aqui analisado foi produzido pelo



tipo de intelectual indígena cuja trajetória tem se dado pela via da escolarização formal e, em grande parte, são professores em suas aldeias. As produções dos Timbira são analisadas à luz das reflexões etnológicas sobre os processos de ?pacificação do branco? por parte dos Povos Indígenas, presentes nos works de Albert (2002) e Gallois (2002), bem como das propostas teórico epistemológicas de Mignolo (2003) e Lander (2005), que nos permitem perceber que a presença dos indígenas na academia tem provocado desdobramentos epistemológicos no âmbito da etnologia brasileira, uma vez que estamos diante de novos parceiros intelectuais que se deslocaram de objeto de estudo ao lugar de pesquisadores e produtores de conhecimento.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: